1) Quadro com quantitativo de distribuição de processos no início do gabinete e quantitativo atual.

Processos atribuídos ao Ministro em 18/6/2008	Processos Tramitando em 31/12/2017	Processos Tramitando em 31/12/2018	Processos Tramitando em 31/12/2019
11.656	7.217	7.636	6.469

(Quadro 1.a)

Data	Processos conclusos no gabinete para julgamento
31/12/2018	5.713
31/12/2019	5.212

(Quadro 1.b)

2) Processos no Gabinete, em condições de julgamento (em 31/12/2019).

Tipo de Processo	Quantidade
1.Processos que dependem de análise inicial	3.261
2.Processos com documentos em análise	358
3.Processos em pauta ou com pedido de dia	250
4.Processos com agravo regimental	534
5.Processos com embargos de declaração	115
6.Processos com liminar analisada	19
7.Outros	675
Total	**5.212**

Fonte: Resumo sintético do GMLFS 31/12/2019

(Quadro 2)

3) Quadro de quantitativo de processos distribuídos, julgados e baixados do início do Gabinete (18/06/2008) até 31 de dezembro de 2019.

Total de Processos atribuídos + distribuídos até 31 de Dezembro de 2019	Total de Julgamentos (incluindo EDcl, AgRg e AgInt) + Liminares até 31 de Dezembro de 2019	Total de baixados até 31 de Dezembro de 2019
11.656 (atribuídos em 18/6/2008) +	157.811 (Fonte: AMG - Mov. Proc. MLFS – 17/6/2008 a 31/12/2019)	114.792 (Fonte: AMG - Mov. Proc. MLFS – 17/6/2008 a 31/12/2019)

111.577 (Distr. e atrib. de 18/6/2008 a 31/12/2019) ⬇ **123.233** (Fonte: AMG - Mov. Proc. MLFS – 17/6/2008 a 31/12/2019)		

(Quadro 3)

4) Recorribilidade em 2019.

- Taxa Média de Recorribilidade em 2019	Ministro	Seção
	27,16%	**25,58%**

(Quadro 4)

5) Quadro de processos julgados - comparativo entre 2016, 2017, 2018 e 2019 (até 31/12/2019).

Julgados (incluindo AgRg, AgInt e EDcl)				Distribuídos	Baixados	Tramitando	CONCLUSOS NO GABINETE PARA JULGAMENTO
	Colegiados	Monocráticos	Total de julgados				
2016	**2.659** (32,25% da distribuição)	**9.655** (117,12% da distribuição)	**12.314** (149,38% da distribuição)	**8.243**	**8.157** (98,95% da distribuição)	**7.309**	**5.799**
2017	**2.565** (35,23% da distribuição)	**7.390** (101,51% da distribuição)	**9.955** (136,74% da distribuição)	**7.280**	**7.290** (100,13% da distribuição)	**7.068**	**5.721**
2018	**2.935** (33,36% da distribuição)	**11.845** (134,65% da distribuição)	**14.780** (168,01% da distribuição)	**8.797**	**8.066** (91,69% da distribuição)	**7.658**	**5.587**
2019	**3.583** (45,64% da distribuição)	**8.891** (113,26% da distribuição)	**12.474** (158,90% da distribuição)	**7.850**	**8.727** (111,17% da distribuição)	**6.469**	**5.212**

(Quadro 5)

6) Dados sobre os julgamentos monocráticos em 2019.

96	Acordos	**126**	Desistências
262	AgInt / AgRg / RCD julgados monocraticamente	**708**	EDcl julgados monocraticamente
AREsp – Decisões monocráticas		**4.135**	
	concedendo Total ou Parcial	**187**	(4,52%)

	não conhecido	**611**	(14,78%)
	negando provimento	**3.094**	(74,82%)
RESP – Decisões monocráticas		**2.834**	
	concedendo Total ou Parcial	**898**	(31,69%)
	não conhecido	**401**	(14,15%)
	negando provimento	**904**	(31,90%)
Tutela Provisória		41	
Conflito de Competência		678	
Reclamação		184	
Demais classes		1.757	
Total de decisões monocráticas proferidas			**9.629**

(Quadro 6)

7) Quadro de Agravos Internos/Regimentais e Embargos de Declaração conclusos para julgamento (em 31/12/2019).

DATA	AGINT/AGRG	EDCL	TOTAL (A)	PAUTADOS PARA JULGAMENTO NO ANO SEGUINTE (B)	DIFERENÇA (A - B)
31/12/2019	534	115	649	141	508
31/12/2018	416	87	503	80	423

(Quadro 7)

8) Quadro de processos por Ano e Classe (exceto criminais da Corte Especial; inclui AgInt / EDcl) conclusos para julgamento no Gabinete (em 15/12/2019).

Ano	ARESP	RESP	CORTE ESPECIAL	SEGUNDA SEÇÃO	TOTAL
2007			1		1
2008		1			1
2010		2	1	1	4
2011		6	1	2	9
2012		40	1	1	42

2013	4	85	2	3	94
2014	11	169	3	3	186
2015	19	291	10	3	323
2016	23	399	9	13	444
2017	64	524	17	23	628
2018	413	848	11	51	1.323
2019	1.122	1.124	17	93	2.356

(Quadro 8)

9) Quadro de processos CRIMINAIS da Corte Especial tramitando, por Ano e Classe (em 15/12/2019).

Ano	APN	INQ	SD	EAG/ EARESP/ ERESP	RCL	PET	HC	SEC	MS	RP
2002					1					
2013	1									
2015	1									2
2016	1					1				1
2017		1	1							
2018		1								
2019			2			2				
Sub-total	3	2	3		1	3				3
TOTAL	15									

(Quadro 9)

10) Média mensal de processos distribuídos, julgados e baixados em 2019 e proporcionalidade.

ANO	DISTRIBUÍDOS Média mensal	JULGADOS Média mensal	BAIXADOS Média mensal	Média mensal de Julgados / Média mensal de Distribuídos (Julgados/Distribuídos)	Média mensal de Julgados / Média mensal de Baixados (Julgados/Baixados)
2019	654	1.040	727	1,59	1,43

(Quadro 10)

11) Processos de 2010 a 2015 (Meta 2 CNJ para 2014 a 2019) a serem julgados em 2019.

Ano do Processo	Ano Meta do CNJ	Quant. 31/12/2018	Quant. 1º/1/2019	Quant. 31/12/2019
2010	2014	1	1	1
2011	2015	2	2	1
2012	2016	189	189	6
2013	2017	228	228	26
2014	2018	247	247	59
2015	2019		324	204
Total		**667**	**991**	**297**

(Quadro 11)

12) Processos de 2016 (Meta 2 CNJ para 2020) a serem julgados até o final de 2020.

2016
Início do ano: ***
Em 22/1/2020: 293

Fonte: AMG em 22/1/2020

(Quadro 12)

13) Composição do acervo.

a) Matérias com maior número de processos.

Quantidade de processos conclusos para julgamento em 31/12/2019:	5.212

ANO	MATÉRIA	QUANTIDADE DE PROCESSOS	PERCENTUAL DO ACERVO
2019	CONSUMIDOR	858	15,67%
	COISAS	721	13,17%
	BANCÁRIOS	649	11,85%
	RESPONSABILIDADE (INCLUINDO CIVIL)	537	9,81%
	EMPRESARIAL E TITULOS DE CRÉDITO	461	8,42%
	PREVIDÊNCIA PRIVADA	232	4,24%

	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	230	4,20%
	SFH	190	3,47%
	LOCAÇÃO	138	2,52%
	FAMÍLIA	49	0,89%
	TOTAL	**4.065**	**74,23%**

(Quadro 13.a)

Da análise da tabela do **Quadro 13.a**, verifica-se que quase 75% dos processos estão concentrados em poucos temas.

4 temas – *Consumidor*, *Coisas*, *Bancários* e *Responsabilidade Civil* – respondem por mais de 50% dos processos.

b) Temas com maior distribuição em 2019.

Quantidade de processos distribuídos de 1º/1/2019 a 31/12/2019:	**8.098**

ANO	MATÉRIA	QUANTIDADE DE PROCESSOS	PERCENTUAL DE DISTRIBUÍDOS
2019	CONSUMIDOR	1.539	19,00%
	BANCÁRIOS	1.078	13,31%
	RESPONSABILIDADE (INCLUINDO CIVIL)	1.044	12,89%
	COISAS	950	11,73%
	EMPRESARIAL E TITULOS DE CRÉDITO	503	6,21%
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	387	4,78%
	SFH	310	3,83%
	FAMÍLIA	254	3,14%
	PREVIDÊNCIA PRIVADA	221	2,73%
	LOCAÇÃO	214	2,64%
	TOTAL	**6.500**	**80,27%**

(Quadro 13.b)

c) Maiores recorrentes/recorridos (conclusos em 15/12/2019).

Quantidade	Parte
373	BANCO DO BRASIL S.A.
196	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
138	BANCO BRADESCO S.A.
103	BANCO SANTANDER
85	OI S.A.
80	SUL AMÉRICA SEGUROS
67	BANCO ITAÚ UNIBANCO
58	CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
46	BRADESCO SAUDE S/A
32	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
15	COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

1.193	**Concentrados nessas 11 partes – 21,79%**

418	Banco como recorrente
459	Banco como recorrido
	BANCOS como parte – 16,02%

(Quadro 13.c)

14) Recursos Especiais Repetitivos afetados.

- Há 3 temas afetados que aguardam julgamento.

Tema	Processo	Questão submetida a julgamento	Data de Afetação
977	REsp 1656161/RS	Definir, com a vigência do art. 22 da Lei n. 6.435/1977, acerca dos índices de reajuste aplicáveis aos benefícios de previdência complementar operados por entidades abertas.	29/06/2017
977	REsp 1663130/RS	Definir, com a vigência do art. 22 da Lei n. 6.435/1977, acerca dos índices de reajuste aplicáveis aos benefícios de previdência complementar operados por entidades abertas.	29/06/2017

978	REsp 1665598/MT	Definir o termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento de ação indenizatória por terceiros que se alegam prejudicados em decorrência da construção de Usina Hidrelétrica no Rio Manso; se é da data da construção da Usina ou da negativa de pagamento ao recorrente, diante da não inclusão de seu nome no acordo entabulado perante a Justiça Federal.	01/08/2017
978	REsp 1667189/MT	Definir o termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento de ação indenizatória por terceiros que se alegam prejudicados em decorrência da construção de Usina Hidrelétrica no Rio Manso; se é da data da construção da Usina ou da negativa de pagamento ao recorrente, diante da não inclusão de seu nome no acordo entabulado perante a Justiça Federal.	01/08/2017
985	REsp 1667842/SC	Definir se o reconhecimento da usucapião extraordinária, mediante o preenchimento de seus requisitos específicos, pode ser obstado em razão de a área usucapienda ser inferior ao módulo estabelecido em lei municipal.	12/12/2017
985	REsp 1667843/SC	Definir se o reconhecimento da usucapião extraordinária, mediante o preenchimento de seus requisitos específicos, pode ser obstado em razão de a área usucapienda ser inferior ao módulo estabelecido em lei municipal.	12/12/2017

(Quadro 14)

15) Incidente de Assunção de Competência.

Processo	Questão submetida a julgamento	Data da Afetação
RESP 1303374-ES	Definir se em contrato de seguro facultativo, é ou não anual o prazo da prescrição em todas as pretensões que envolvam segurado e segurador, não apenas as indenizatórias.	01/08/2017

(Quadro 15)